

2. Despachos, Éditos, Avisos e Declarações

ÓRGÃOS DE SOBERANIA

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Portaria

Tendo sido presente à Comissão do Domínio Público Marítimo um processo de delimitação do domínio público marítimo com um prédio urbano localizado na Rua Direita da Mexilhoeira da Carregação, freguesia de Estômbar, concelho de Lagoa, que a Sociedade Imobiliária da Boca do Rio, S. A., diz pertencer-lhe, e sendo aquela comissão de parecer favorável, importa agora nomear uma comissão de delimitação nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Equipamento Social e pelo Ministro da Defesa Nacional que seja nomeada uma comissão de delimitação para aquele efeito, com a seguinte constituição:

Presidente — um representante da Marinha a designar pela Direcção-Geral de Marinha.
Vogais:

Um representante do Ministério do Equipamento Social a designar pelo Instituto Portuário do Sul.
O requerente ou um seu representante.

O Ministro do Equipamento Social, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*. — Por delegação do Ministro da Defesa Nacional, o Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias*, almirante. 01-2-18 539

Portaria

Tendo sido presente à Comissão do Domínio Público Marítimo um processo de delimitação do domínio público marítimo com uma marinha de sal denominada Bolho ou Palhoa situada no Lugar do Bolho, freguesia e concelho de Ílhavo, que Manuel Ferreira Caçoilo diz pertencer-lhe, e sendo aquela comissão de parecer favorável, importa agora nomear uma comissão de delimitação nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Equipamento Social e pelo Ministro da Defesa Nacional que seja nomeada uma comissão de delimitação para aquele efeito, com a seguinte constituição:

Presidente — um representante da Marinha a designar pela Direcção-Geral de Marinha.
Vogais:

Um representante do Ministério do Equipamento Social a designar pela Administração do Porto de Aveiro, S. A.
O requerente ou um seu representante.

O Ministro do Equipamento Social, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*. — Por delegação do Ministro da Defesa Nacional, o Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias*, almirante. 01-2-18 540

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Portaria

Tendo sido presente à Comissão do Domínio Público Marítimo um processo de delimitação do domínio público marítimo com um prédio urbano situado no Serro dos Pios, freguesia de Carvoeiro, concelho de Lagoa, que Aniceta de Fátima Bernardo dos Santos Tavares dos Santos, diz pertencer-lhe, e sendo aquela comissão de

parecer favorável, importa agora nomear uma comissão de delimitação nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território e pelo Ministro da Defesa Nacional, que seja nomeada uma comissão de delimitação para aquele efeito, com a seguinte constituição:

Presidente — um representante da Marinha a designar pela Direcção-Geral de Marinha.
Vogais:

Um representante do Instituto da Água.
O requerente ou um seu representante.

O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — Por delegação do Ministro da Defesa Nacional, o Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias*, almirante. 01-2-18 538

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de São João de Deus

Aviso

Por despacho do conselho de administração de 2 de Julho de 2001:

Celebrado contrato de prestação de serviços em regime de tarefa, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de Março, artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 299/85, de 29 de Julho, e no artigo 1154.º do Código Civil, pelo período de 12 meses, sendo tacitamente renovado por iguais períodos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2001, com o seguinte médico:

Humberto João Manuel da Paixão.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Outubro de 2001. — O chefe de Repartição, *Benedito da Cunha Dantas*. 06-2-054 426

Aviso

Por despacho do conselho de administração de 25 de Setembro de 2001:

Marlene Filipa Veloso Paredes, técnica de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública — deferido o pedido de rescisão do contrato de avença, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2001.

15 de Outubro de 2001. — O chefe de Repartição, *Benedito da Cunha Dantas*. 06-2-054 425

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 109/01 a fls. 195 do livro n.º 8 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efectuado em 23 de Novembro de 2000, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.